



EDUCAÇÃO ACOLHEDORA: DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS

Autor(res)

Jéssica Paiva Gonçalves

Ana Maria Quirino Marasco

Raiane Fernandes Manço Freitas

Ana Paula Rodrigues Da Silva

Kalliny De Araujo Moura

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Um conceito que busca criar ambientes de aprendizado como educação acolhedora, que sejam inclusivos, seguros e eficazes, independentemente de suas diferenças. Nesse sentido, a educação acolhedora visa promover a igualdade de oportunidades, diversidade e a inclusão garantindo que todos os estudantes se sintam valorizados e apoiados em seu processo de aprendizado. No entanto, a implementação da educação acolhedora enfrenta desafios significativos, como a necessidade de superar barreiras, culturas, sociais e institucionais. Neste contexto, é fundamental explorar novas perspectivas e estratégias para criar ambientes de aprendizado que sejam verdadeiramente acolhedores e inclusivos. A educação é um campo em constante evolução, e a busca por uma educação acolhedora e eficaz enfrenta diversos desafios, como a exclusão, a desigualdade e a falta de recursos.

Objetivo

O objetivo geral desta pesquisa busca promover a inclusão e a diversidade, melhorar a qualidade da educação, fomentar o bem-estar e a resiliência. E como objetivos específicos busca preparar os estudantes para a cidadania, para serem cidadãos ativos críticos, ativos e responsáveis; inovar e melhorar a prática educacional, visando melhorar a inclusão e a diversidade; investigar a percepção dos estudantes sobre o acolhimento, analisar a relação entre acolhimento e motivação e identificar as práticas pedagógicas acolhedoras.

Material e Métodos

Nos anos 1980, o Brasil vivenciou intensos debates sobre as políticas de formação dos profissionais da educação. Esses debates se intensificaram na década de 1990, quando ocorreram importantes reformas no sistema educacional,



especialmente no ensino superior e na formação de educadores. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, estabeleceu-se a exigência de formação superior para os docentes da Educação Básica, o que demandou a criação de novas diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura. A presente pesquisa foi realizada com orientação e abordagem bibliográfica para fins de estudo, observação, e aprendizagem contínua. Segundo MARCONI E LAKATOS (2003) destacam a pesquisa bibliográfica como um método que se utiliza de dados e informações de pesquisas anteriores para aprofundar o conhecimento sobre um determinado tema. Como resultado desses debates e reformas, foram aprovadas, em 2006, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em Pedagogia, regulamentadas pela Resolução CNE nº 01/2006. Essa resolução redefiniu o curso, que havia sido originalmente criado em 1939 pelo Decreto-Lei nº 1190, com o objetivo de formar bacharéis e licenciados em Pedagogia. Ao longo do tempo, o curso sofreu modificações importantes por meio de pareceres do Conselho Federal de Educação, como os de nº 251/62 e nº 252/69, até chegar à reestruturação de 2006. Essa última mudança eliminou as habilitações específicas em supervisão, orientação, administração e inspeção escolar, passando a estabelecer a docência como eixo central da formação do pedagogo. A nova regulamentação também ampliou o campo de atuação do licenciado em Pedagogia, que passou a incluir, além da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio na modalidade Normal, cursos de Educação Profissional voltados ao apoio escolar, e outras áreas que exijam conhecimentos pedagógicos.

Resultados e Discussão

A discussão sobre a formação de pedagogos para atuar em espaços não escolares, especificamente os resultados de algumas pesquisas, destaca a continuidade das lacunas e contradições encontradas na formação desses profissionais conforme as últimas diretrizes. O mapeamento curricular de Severo (2017) evidencia a escassa visibilidade da Educação Não Escolar (ENE) como tema nas diretrizes curriculares e no campo da Pedagogia. O estudo de Albuquerque, Haas e Araújo (2017) também reforça que o curso de Pedagogia tem se concentrado excessivamente na formação do pedagogo como professor, deixando de lado aspectos essenciais como a gestão educacional e a formação para atuar em contextos não escolares.

A pesquisa de Pimenta et al. (2017), assim como os estudos de Cruz e Arosa (2014), apontam para o fato de que a formação do pedagogo no Brasil ainda é predominantemente voltada para a docência nos anos iniciais e que a atuação em espaços não escolares, como hospitais, museus, meios de comunicação e organizações empresariais, tem sido pouco explorada. A maior parte dos estudos aponta para a insuficiência da formação que privilegia a docência, sem fornecer uma base sólida para atuação em outros campos como a gestão ou na Educação Infantil, por exemplo.

Por outro lado, autores como Libâneo (2001, 2010) e outros estudiosos citados no texto, destacam que as mudanças sociais, políticas e econômicas atuais ampliam o campo de atuação do pedagogo, fazendo com que ele seja cada vez mais necessário em diversos setores além da escola. No entanto, a formação de pedagogos, tal como é oferecida atualmente, ainda não parece atender adequadamente a essas novas demandas, como evidenciam as pesquisas. Isso reflete uma falta de integração entre as necessidades do mercado de trabalho e a



proposta educacional atual do curso de Pedagogia, que ainda está centrado na prática docente tradicional.

Conclusão

Essas ações são fundamentais para garantir uma formação mais sólida, coerente e eficaz, capaz de responder às demandas sociais contemporâneas e valorizar o papel do pedagogo como agente transformador na educação brasileira. A conclusão deste estudo aponta para a necessidade de uma reavaliação profunda da formação oferecida pelos cursos de Pedagogia, especialmente no que tange à atuação em espaços não escolares. Embora a resolução vigente tenha ampliado as possibilidades de atuação do pedagogo, a prática formativa ainda está fortemente centrada na docência escolar, com pouca ênfase nas diversas áreas fora do contexto escolar, como a pedagogia hospitalar, a gestão em organizações e outras áreas não formais. O estudo revela que, apesar da conscientização dos estudantes sobre os diferentes campos de atuação, o curso de Pedagogia ainda prioriza a formação para o exercício da docência, deixando lacunas no preparo para trabalhar em espaços não escolares.

Referências

ALBUQUERQUE, A. C.; HAAS, G. S.; ARAÚJO, R. M. A formação do pedagogo para atuar em espaços não escolares: desafios e perspectivas. *Revista Ibero Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1271–1284, 2017.

AQUINO, J. G. O trabalho do pedagogo em espaços não escolares. In: NASCIMENTO, A. R.; NASCIMENTO, A. L. M. (orgs.). *Pedagogia social: teoria e prática*. Campinas: Autores Associados, 2011.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

CRUZ, M. M. S.; AROSA, D. R. Atuação do pedagogo em espaços não escolares: a prática do pedagogo hospitalar. *Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes*, v. 5, n. 1, p. 23–38, 2014.